



JUSTIFICATIVA DISPENSA DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS COMPLEMENTARES

1. Introdução

Este documento serve como justificativa formal para a dispensa da publicação antecipada por três dias para recebimento de proposta complementar, conforme estabelecido na Lei 14.133/2021, no processo de Contratação de empresa para fornecimento de peças destinadas à manutenção do veículo: Kombi, placa: OMI-8632, visando atender às necessidades do Fundo Municipal de Educação e garantir o adequado funcionamento do veículo.

2. Justificativa para Dispensa de Publicação para recebimento de proposta complementar.

A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de peças automotivas destinadas à manutenção do veículo Kombi, placa OMI-8632, integrante da frota municipal, visando assegurar o adequado funcionamento do veículo e garantir o atendimento das demandas vinculadas ao Fundo Municipal de Educação.

A contratação decorre da necessidade de realização de manutenção do referido veículo, mediante a substituição de peças e componentes que apresentam desgaste, avarias ou necessidade de reposição, sendo a aquisição dos itens necessária para viabilizar os reparos e restabelecer as condições adequadas de funcionamento, conservação e utilização do veículo.

Por se tratar de veículo integrante da frota utilizada no atendimento das demandas do Fundo Municipal de Educação, sua disponibilidade em condições adequadas de funcionamento possui relevância para a Administração. A utilização regular do veículo depende da manutenção de seus componentes em condições satisfatórias, de forma a reduzir a possibilidade de falhas durante sua utilização e evitar interrupções que possam prejudicar o desenvolvimento das atividades administrativas e operacionais vinculadas à Educação.

A permanência do veículo Kombi, placa OMI-8632, indisponível por período prolongado reduz a capacidade de atendimento da frota municipal destinada às demandas do Fundo Municipal de Educação, podendo ocasionar a necessidade de remanejamento de outros veículos e dificultar o atendimento de atividades que dependam de deslocamentos e da utilização do veículo.

Nos termos do art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, a divulgação de aviso para recebimento de propostas adicionais constitui mecanismo destinado à ampliação da competitividade nas contratações diretas. Contudo, sua aplicação deve ser analisada à luz das circunstâncias concretas da contratação e dos princípios da eficiência, economicidade, razoabilidade e interesse público, especialmente quando a Administração dispõe de elementos suficientes para demonstrar a compatibilidade dos preços praticados com os valores de mercado.

No caso em análise, foi realizada pesquisa de preços, em conformidade com os parâmetros aplicáveis à contratação, possibilitando à Administração verificar a compatibilidade do valor estimado com os preços praticados no mercado e dispor de elementos suficientes para aferir a vantajosidade econômica da aquisição das peças necessárias à manutenção do veículo.

Cumprir destacar, ainda, que a necessidade de aquisição possui caráter imediato, considerando que se trata de peças destinadas à manutenção de veículo integrante da frota



municipal e necessárias para o restabelecimento de suas condições adequadas de funcionamento. A demora na aquisição dos componentes necessários poderá prolongar o período de indisponibilidade do veículo, reduzindo a capacidade de atendimento das demandas do Fundo Municipal de Educação e podendo comprometer a organização das atividades que dependem de sua utilização.

Nesse contexto, a observância do prazo destinado à publicação de aviso para recebimento de propostas adicionais poderá prolongar o período de indisponibilidade do veículo e retardar a realização dos reparos necessários, circunstância que deve ser considerada diante da necessidade de restabelecer, com a maior brevidade possível, as condições adequadas para sua utilização nas atividades vinculadas à Educação.

Além disso, a aquisição tempestiva das peças contribui para a preservação do patrimônio público, uma vez que a manutenção adequada evita o agravamento de desgastes e falhas existentes, bem como a ocorrência de possíveis danos adicionais a outros sistemas e componentes do veículo. A adoção de medidas de manutenção contribui, ainda, para prolongar sua vida útil e evitar intervenções futuras de maior complexidade, períodos mais extensos de paralisação e despesas adicionais para a Administração.

Ressalta-se que a contratação deverá observar as condições e especificações estabelecidas pela Administração, garantindo que os itens fornecidos sejam compatíveis com o veículo Kombi, placa OMI-8632, e com a necessidade de manutenção identificada. Dessa forma, busca-se assegurar que a aquisição seja suficiente para atender à demanda apresentada, evitando a aquisição de itens que não estejam relacionados à manutenção necessária.

Dessa forma, considerando a necessidade de reduzir o período de indisponibilidade do veículo Kombi, placa OMI-8632, restabelecer suas condições adequadas de funcionamento, preservar o patrimônio público e assegurar a continuidade das atividades vinculadas ao Fundo Municipal de Educação, mostra-se justificável, no caso concreto, a não realização da publicação prévia para recebimento de propostas complementares, sem prejuízo da adequada instrução processual, da realização da pesquisa de preços e da demonstração da compatibilidade dos valores da contratação com aqueles praticados no mercado.

3. Compromisso com a Transparência e a Ética

Reafirmamos nosso compromisso com a transparência e a ética administrativa. Todo o processo de contratação e as decisões tomadas serão documentados, estando disponíveis para revisão e auditoria.

4. Fundamentação

Atendendo ao que a legislação preconiza, conforme art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/21 (NLL), que, por sua vez, a Lei determina que as contratações diretas, por dispensa em razão do valor, sejam precedidas **preferencialmente** *“... de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa”*.

O termo **“preferencialmente”** faz com que se torne absolutamente imprescindível a inclusão de justificativa, caso se opte por não se efetuar o procedimento previsto no referido parágrafo.

Preliminarmente, cabe destacar que o Processo Licitatório em questão teve todos seus atos devidamente publicados, ocorreu em perfeita sintonia com os ditames legais.

Ainda, a licitação obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas na Lei Federal nº 14.133/21, no tocante à modalidade e ao procedimento.

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, comumente chamada de Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLC, prevê, em seu art. 75, dezenas de hipóteses de contratação direta por dispensa de licitação, incluindo as dispensas de licitação em razão do valor, previstas nos incisos I e II, que são as mais conhecidas, juntamente com a dispensa emergencial.

Especificamente para as duas primeiras hipóteses, de dispensa de licitação em razão do valor do dispêndio no exercício, a NLLC prevê que deve ser feita preferencialmente a divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, com o propósito específico de obter propostas adicionais. Confira o excerto abaixo, com a redação completa do dispositivo:

“Art. 75, § 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.”

Em primeiro lugar, observe-se que tal procedimento não é obrigatório, em que pese ser de uso preferencial e exigir motivação para o seu afastamento. E como a Controladoria-Geral da União-CGU indica que o custo processual é diretamente proporcional ao tempo gasto no processo administrativo de contratação, se a potencial economia obtida na disputa não compensar tais custos, a Dispensa Eletrônica se tornaria "deficitária".

Em segundo lugar, observe-se que a lei determina que deve ser selecionada sempre a proposta mais vantajosa. E, para tanto, **foi adotado o procedimento de “NEGOCIAÇÃO”**, que a NLLC faculta para uso na licitação e seria no mínimo desarrazoado proibir a negociação no procedimento de contratação direta, já que para ele a legislação prevê controles menos burocráticos, e não há sequer previsão legal de disputa neste caso.

É importante observar que, pela ordem do texto constitucional, a isonomia é uma garantia intrínseca à licitação, não exigível nos casos onde o legislador permite afastar a licitação e realizar a contratação direta:

“Art. 37, XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes...”

É dizer que, se a Administração adotar legitimamente uma das hipóteses legais de contratação direta, não há que se impor a ela o dever de garantir a isonomia entre todos os potenciais interessados naquela contratação, já que se trata de contratação direta, sem obrigação de disputa. Até mesmo por isto o legislador previu o controle de fracionamento, que deve levar em conta o ramo de atividade dos potenciais fornecedores e, somente quando ultrapassado o limite legal de valor, somado ao longo de todo o exercício, é que o órgão fica obrigado a cumprir o dever constitucional de licitar e, com isto, garantir a isonomia.

Se observarmos as exigências legais para o processo de contratação direta, vamos notar que no art. 72 da NLLC exige-se a indicação da "razão da escolha do contratado", por tanto, observa-se que a empresa a ser contratada possui vasta gama de atendimentos a entes municipais, bem como, prestou com excelência outras contratações realizadas junto ao nosso município, conforme previsão nos termos do §3º do art. 87 da NLLC.

Por fim, diante de todo o exposto, conforme previsão contida no art. 23, § 1º, c/c I e IV, do art. 23, da Lei Federal nº 14.133/21 (NLL), realizou-se pesquisa de preços com 03 (três) potenciais fornecedores.

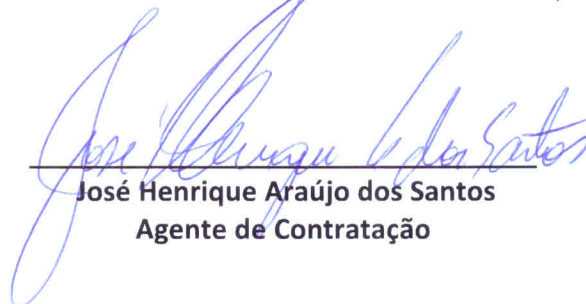
5. Conclusão

Com base nos argumentos apresentados, justifica-se a dispensa da publicação



antecipada por três dias para a Contratação de empresa para fornecimento de peças destinadas à manutenção do veículo: Kombi, placa: OMI-8632, visando atender às necessidades do Fundo Municipal de Educação e garantir o adequado funcionamento do veículo. Esta medida é tomada no melhor interesse da comunidade atendida e em conformidade com as normas legais pertinentes.

Santa Fé de Goiás/GO, 21 de setembro de 2026.


José Henrique Araújo dos Santos
Agente de Contratação

CLAUDIA
APARECIDA DA
SILVA:59125373153

Assinado de forma
digital por CLAUDIA
APARECIDA DA
SILVA:59125373153

Claudia Aparecida Da Silva
Gestora Do Fundo Municipal Da Educação